

491
8

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0004015-18.2010.8.17.0000
(0210241-8)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Agravado: CEIL COMERCIO E DISTRIBUIDORA

Relator: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTA FISCAL. PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO. APLICABILIDADE. CARÁTER CONFISCATÓRIO. EXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO STF. ART. 481, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA RESERVA DE PLENÁRIO.

1. A tese do agravante está consubstanciada no argumento de que a suspensão da exigibilidade do crédito tributário quanto ao valor relativo à multa fiscal deve ser revogada, em face da legalidade da multa aplicada no percentual de 200%.
2. Aplicabilidade do princípio do não confisco à multa fiscal resultante do inadimplemento pelo contribuinte de suas obrigações tributárias, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
3. Entendimento jurisprudencial da Suprema Corte no sentido de que são inconstitucionais as multas fixadas em índices de 100% ou mais do valor do tributo devido. Precedentes.
4. Nos termos do art. 481, parágrafo único do CPC, em face da manifestação do plenário do Supremo Tribunal Federal acerca do assunto, este órgão fracionário não precisa submeter à corte especial a arguição de inconstitucionalidade dessa matéria, razão pela qual não há que se falar de violação à reserva de plenário.
5. Agravo improvido, por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria, negar provimento ao agravo tudo de

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.

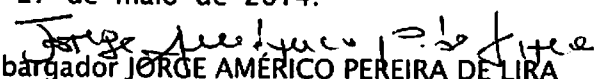


492
je

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

acordo com o incluso voto e notas taquigráficas, que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

481
✓

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0004015-18.2010.8.17.0000
(0210241-8)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Agravado: CEIL COMERCIO E DISTRIBUIDORA

Relator: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

Trata-se de Agravo, com pedido de reconsideração, interposto
em face de decisão proferida por esta Relatoria às fls. 242/244, com base no
art. 557, §1º-A, do CPC

Em suas razões recursais, o recorrente em nada inovou,
limitando-se a repisar os termos da irresignação, sem maiores disquisições,
no que concerne a ausência de caráter confiscatório da multa fiscal aplicada.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, nos
termos do art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É o relatório.

Recife, 27. MAIO, 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



452
PL

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0004015-18.2010.8.17.0000
(0210241-8)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Agravado: CEIL COMERCIO E DISTRIBUIDORA

Relator: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

Cumpra ressaltar que a decisão recorrida não merece reforma, uma vez que se afiguram presentes, em favor da agravada, nesse ponto, os requisitos autorizadores da concessão de tutela antecipada. Explico.

Ressalto que deve ser mantida a liminar de suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao montante da dívida a título de multa fiscal, em razão de seu reconhecido efeito confiscatório.

Isso porque, embora o art. 150, IV da CF não se refira expressamente à multa fiscal ao tratar do princípio do não confisco, esse princípio deve ser observado, consoante jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, ainda que se trate de multa fiscal resultante do inadimplemento pelo contribuinte de suas obrigações tributárias. Nesse sentido, foram decididos os seguintes feitos: ADI 1.075- MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 551/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão; e ARE 637.717-AgR/GO, Rel. Min. Luiz Fux.

Ademais, a jurisprudência da Suprema Corte, seguindo essa linha de entendimento, firmou-se no sentido de que são inconstitucionais as multas fixadas em índices de 100% ou mais do valor do tributo devido. Nesse diapasão, destaco os seguintes precedentes: ADI 551/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão; ADI 1075-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello; RE 91.707/MG, Rel. Min. Moreira Alves; RE 81.550/MG, Rel. Min. Xavier de Albuquerque.

Nessa esteira, vale conferir as ementas de alguns julgados do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MULTA FISCAL. CARÁTER CONFISCATÓRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 150, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGRAVO IMPROVIDO. I - Esta Corte firmou

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

483
P

entendimento no sentido de que são confiscatórias as multas fixadas em 100% ou mais do valor do tributo devido. Precedentes. II - Agravo regimental improvido.

(RE 657372 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 28/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 07-06-2013 PUBLIC 10-06-2013).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MULTA. VEDAÇÃO DO EFEITO DE CONFISCO. APLICABILIDADE. RAZÕES RECURSAIS PELA MANUTENÇÃO DA MULTA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DE PECULIARIDADE DA INFRAÇÃO A JUSTIFICAR A GRAVIDADE DA PUNIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. 1. Conforme orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal, o princípio da vedação ao efeito de confisco aplica-se às multas. 2. Esta Corte já teve a oportunidade de considerar multas de 20% a 30% do valor do débito como adequadas à luz do princípio da vedação do confisco. Caso em que o Tribunal de origem reduziu a multa de 60% para 30%. 3. A mera alusão à mora, pontual e isoladamente considerada, é insuficiente para estabelecer a relação de calibração e ponderação necessárias entre a gravidade da conduta e o peso da punição. É ônus da parte interessada apontar peculiaridades e idiossincrasias do quadro que permitiriam sustentar a proporcionalidade da pena almejada. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(RE 523471 MG, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 06/04/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-071 DIVULG 22-04-2010 PUBLIC 23-04-2010 EMENT VOL-02398-05 PP-00915).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO. APLICABILIDADE ÀS MULTAS TRIBUTÁRIAS. INOVAÇÃO DE MATÉRIA EM AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - A vedação à utilização de tributos com efeito de confisco (art. 150, IV, da Constituição) deve ser observada pelo Estado tanto na instituição de tributos quanto na imposição das multas tributárias. II - A questão referente à não demonstração, pelo recorrido, do caráter confiscatório da multa discutida nestes autos, segundo os parâmetros estabelecidos pela jurisprudência desta Corte, não foi arguida no recurso extraordinário e, desse modo, não pode ser aduzida em agravo regimental. É incabível a inovação de fundamento nesta fase processual. III - Agravo regimental improvido.

(RE 632315 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 14/08/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-181 DIVULG 13-09-2012 PUBLIC 14-09-2012).

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

484
JL

PRECEDENTES. 1. O princípio da vedação do confisco, previsto no art. 150, IV, da Constituição Federal, também se aplica às multas. Precedentes: RE n. 523.471-AgR, Segunda Turma Relator o Ministro JOAQUIM BARBOSA, DJe de 23.04.2010 e AI n. 482.281-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 21.08.2009. 2. In casu o acórdão recorrido assentou: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MULTA PREVISTA NO ARTIGO 71, INCISO II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO ESTADUAL. Diante da declaração de inconstitucionalidade do artigo 71, inciso II, do Código Tributário Estadual, o dispositivo perdeu sua eficácia e, consequentemente, os valores que nele sustentavam o título exequendo. Assim sendo, acolho a exceção de pré-executividade, ante a declaração de inconstitucionalidade do artigo 71, inciso II, do Código Tributário Estadual frente ao artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal. Agravo conhecido e provido. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 637717 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 13/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-065 DIVULG 29-03-2012 PUBLIC 30-03-2012 RTJ VOL-00220- PP-00599). (grifei)

Nos termos do art. 481, parágrafo único do CPC, em face da manifestação do plenário do Supremo Tribunal Federal acerca do assunto, este órgão fracionário não precisa submeter à corte especial a arguição de inconstitucionalidade dessa matéria, razão pela qual não há que se falar de violação à reserva de plenário.

Vale conferir a ementa do julgado da Suprema Corte:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 8.846/94 EDITADA PELA UNIÃO FEDERAL - ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS POSTULADOS CONSTITUCIONAIS DA FEDERAÇÃO E DA SEPARAÇÃO DE PODERES - INOCORRÊNCIA - EXERCÍCIO, PELA UNIÃO FEDERAL, DE SUA COMPETÊNCIA IMPOSITIVA, COM ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES QUE DEFINEM ESSA ATRIBUIÇÃO NORMATIVA - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE NÃO USURPA A ESFERA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS-MEMBROS E DOS MUNICÍPIOS - LEGITIMIDADE DO PODER REGULAMENTAR DEFERIDO AOS MINISTROS DE ESTADO - ATRIBUIÇÃO REGULAMENTAR DE SEGUNDO GRAU QUE POSSUI EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 87, PARÁGRAFO ÚNICO, II) - INOCORRÊNCIA DE OUTORGA, PELA LEI Nº 8.846/94, DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA AO MINISTRO DA FAZENDA - PODER REGULAMENTAR SECUNDÁRIO DESVESTIDO DE CONTEÚDO NORMATIVO PRIMÁRIO - TRANSGRESSÃO, NO ENTANTO, PELA LEI Nº 8.846/94 (ART. 3º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO), AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA NÃO--CONFISCATORIEDADE TRIBUTÁRIA - SUSPENSÃO CAUTELAR DA EFICÁCIA DE TAL PRECEITO LEGAL - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA, EM PARTE. A TRIBUTAÇÃO CONFISCATÓRIA É VEDADA PELA

Desembargador  Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

485
a

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. - É cabível, em sede de controle normativo abstrato, a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal examinar se determinado tributo ofende, ou não, o princípio constitucional da não-confiscatoriedade consagrado no art. 150, IV, da Constituição da República. Hipótese que versa o exame de diploma legislativo (Lei 8.846/94, art. 3º e seu parágrafo único) que instituiu multa fiscal de 300% (trezentos por cento). - A proibição constitucional do confisco em matéria tributária - ainda que se trate de multa fiscal resultante do inadimplemento, pelo contribuinte, de suas obrigações tributárias - nada mais representa senão a interdição, pela Carta Política, de qualquer pretensão governamental que possa conduzir, no campo da fiscalidade, à injusta apropriação estatal, no todo ou em parte, do patrimônio ou dos rendimentos dos contribuintes, comprometendo-lhes, pela insuportabilidade da carga tributária, o exercício do direito a uma existência digna, ou a prática de atividade profissional lícita ou, ainda, a regular satisfação de suas necessidades vitais básicas. - O Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do "quantum" pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais

(...)

(STF, ADI 1075 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 17/06/1998, DJ 24-11-2006).

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo legal.

É como VOTO.

Recife, 27. MAIO. 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 27.05.2014
AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 210241-8 – JABOATÃO DOS
GUARARAPES
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADA: CEIL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA
RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 481 A 485 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Desembargador Jorge Américo, eu tenho somente aqui o número 11 da listagem de Vossa Excelência, somente constar que é por maioria, porque é aquele caso da gratificação.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Certo.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Agora, eu vou fazer um pedido de vista no número 13.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Treze. Certo.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

O número 11 é somente fazer constar que é por maioria.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Certo, então vou anunciar aqui os fora de pauta para a Taquigrafia e a Secretaria:

O 001, são dois Agravos, já foram julgados.

O 006 foi adiado a requerimento do desembargador Fernando Cerqueira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

O 010 já tinha sido julgado. .

O 011 foi maioria, vencido o desembargador Fernando Cerqueira.

O 013, adiado a pedido de vista do desembargador Fernando Cerqueira.

Os demais, todos foram julgados por unanimidade, nos termos dos votos do relator, sintetizados na lista dos feitos extrapauta.

DECISÃO

"POR MAIORIA, A TURMA NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
